

ACERTO DE CONTAS: Segundo fontes do Governo, alguns órgãos de outras áreas terão suas atividades praticamente paralisadas

Governo reduzirá cortes previstos na área social

Ajuste fiscal, que será anunciado na terça ou quarta-feira, reduzirá R\$ 10 bilhões em despesas de custeio e investimentos

Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA. O Governo já decidiu que será mais flexível nos cortes nas áreas de saúde, educação e assistência social na revisão do Orçamento de 1999. A redução de despesas está programada em cerca de R\$ 10 bilhões em custeio e investimentos, já que, por determinação constitucional, os gastos com pessoal, aposentados e juros não podem ser cortados. Para atender a essa exigência, essas três áreas sociais terão cortes menores do que as demais. Além disso, a proposta de ajuste fiscal prevê aumento de receita para a Previdência, com o objetivo de reduzir o seu déficit previsto em R\$ 47,3 bilhões para o próximo ano, incluindo o INSS e os aposentados da União, de estados e municípios.

Mais da metade do OCC de 99 atinge a área social

Os cortes terão que ser concentrados no item Outros Custeiros de Capital (OCC), única parte do Orçamento da União sobre a qual o Governo pode atuar. O OCC para 99 estava previsto em

R\$ 43,357 bilhões, inferior aos gastos de 98, que deverão chegar a R\$ 44,04 bilhões até o fim do ano. O problema é que, do OCC de 99, mais da metade (R\$ 22,616 bilhões) correspondem a verbas destinadas a saúde, educação e assistência social.

Governo terá que cortar R\$ 8 bi das demais áreas

Para preservar as três áreas sociais e assegurar uma redução de despesas de R\$ 10 bilhões em 99, o Governo terá que cortar mais de 40% dos R\$ 20,741 bilhões que seriam destinados às demais áreas. Isso significa, segundo fontes do Governo, que alguns órgãos terão suas atividades praticamente paralisadas.

Os novos limites de verbas serão encaminhados aos ministérios na próxima semana e cada ministro vai decidir qual projeto será cortado ou reduzido. A Previdência Social, porém, é considerada o maior problema para a redução do desequilíbrio fiscal. Em 97, as despesas com o pagamento de benefícios a aposentados e pensionistas dos três níveis de Governo e do setor privado ul-

trapassaram as receitas em R\$ 34,56 bilhões. Este ano, essa diferença está estimada em R\$ 42,226 bilhões, e em 99, o déficit aumentaria em mais de R\$ 5 bilhões. Para enfrentar esse desequilíbrio, o Governo já decidiu que vai propor a volta da cobrança de contribuição previdenciária dos in-

tivos do setor público, atualmente isentos, que passariam a pagar 11% de seus rendimentos.

A cobrança foi proposta por medida provisória no fim de 97 e chegou a entrar em votação no início de 98, durante a convocação extraordinária do Congresso. Foi retirada de pauta por acordo

com os líderes que apóiam o Governo, pois a medida dificilmente seria aprovada.

Há dúvidas se o regimento do Congresso impede ou não que a proposta seja novamente encaminhada agora, pois as regras prevêem que matéria proposta por MP e rejeitada não pode ser no-

vamente apresentada na mesma legislatura.

A interpretação de técnicos do Governo é de que a convocação extraordinária seria parte da legislatura anterior, embora a matéria tivesse sido discutida este ano e, por isso, a medida provisória poderia ser novamente encaminhada ao Congresso.

Governo quer que estados também descontem de inativos

Outra proposta do Governo para reduzir o déficit da Previdência é aumentar de 11% para 16% a alíquota da contribuição sobre os rendimentos de servidores ativos, de forma escalonada.

Tanto a contribuição dos inativos quanto o aumento do desconto para os ativos seria proposta também aos governadores, mas a cobrança depende de negociação com as Assembleias Legislativas, pois está regulamentada nas constituições estaduais.

Além disso, o Governo aposta na aprovação da reforma da Previdência até o final de dezembro, pois as mudanças dariam uma economia de R\$ 2 bilhões no ano que vem. ■

PREVISÃO DO OCC PARA 1999 ANTES DOS CORTES

- Outros Custeios de Capital (OCC) é a rubrica do Orçamento que inclui todos os gastos de investimentos (como obras) e programas (como os da área social). Estão fora as despesas com pessoal, aposentados e juros.
- **TOTAL:** R\$ 43,357 bilhões
- **SAÚDE:** R\$ 14,936 bilhões
- **EDUCAÇÃO:** R\$ 4,657 bilhões
- **PREVIDÊNCIA (assistência social):** R\$ 3,023 bilhões
- **REFORMA AGRÁRIA:** R\$ 1,089 bilhão
- **SANEAMENTO E HABITAÇÃO:** R\$ 941 milhões
- **PRONAF/PRODEA (programas de agricultura familiar e de alimentação para carentes):** R\$ 367 milhões
- **DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL:** R\$ 223 milhões
- **TRABALHO E DEFESA DE DIREITOS:** R\$ 147 milhões
- **DEFESA NACIONAL:** R\$ 4,960 bilhões
- **INFRA-ESTRUTURA:** R\$ 3,862 bilhões
- **ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA:** R\$ 1,779 bilhão
- **MEIO AMBIENTE:** R\$ 1,054 bilhão
- **CIÉNCIA E TECNOLOGIA:** R\$ 907 milhões
- **DEMAIS:** R\$ 3,640 bilhão
- **PODER LEGISLATIVO, PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO:** R\$ 1,767 bilhão. Porém, os cortes de gastos em outros Poderes da República dependem de negociação e não somente de ato do Governo Federal.